



10 DE ABRIL DE 2023 – 8h30min.

Presentes: Presidente João Carlos Gomes, Vice-Presidente Clemencia Maria Ferreira Ribas e Conselheiros(as) Ana Seres Trento Comin, Christiane Kaminski, Creusa dos Santos Borges Abdala, Décio Sperandio, Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Flávio Vendelino Scherer, Gilmar Ana Zanata, Jacir José Venturi, Maria das Graças Figueiredo Saad, Mário Cândido de Athayde Júnior, Marise Ritzmann Loures, Marli Regina Fernandes da Silva, Meroujy Giacomassi Cavet, Oscar Alves, Ozélia de Fátima Nesi Lavina, Rita de Cassia Morais e Silvana Avelar de Almeida kaplum.

I – Expediente

- a) avisos e comunicações;
- b) indicações e proposições.

II – Ordem do dia

-Presença do Senador Flávio José Arns, que abordará sobre os “Principais Desafios da Educação Nacional.”

III - Outros assuntos

1 A 3.^a (terceira) Reunião Ordinária do Conselho Pleno, referente a 7.^a (sétima) Sessão, foi
2 realizada no dia 10 de abril de 2023, às 8h30min, com a presença dos(as)
3 Conselheiros(as) supracitados(as) e servidores(as) do Conselho Estadual de Educação
4 do Paraná (CEE/PR). Iniciando a Sessão, o Presidente do CEE/PR, Conselheiro João
5 Carlos Gomes, agradeceu a presença de todos(as), fez a chamada nominal dos
6 Conselheiros(as) e constatou o número regimental necessário para iniciar a Sessão. Em
7 seguida, anunciou sobre o pedido de afastamento da Conselheira Fabiana Cristina de
8 Campos a partir de 31 de março do corrente ano, comentou que teve a oportunidade de
9 conhecer o profícuo trabalho por ela desenvolvido em outras ocasiões e desejou-lhe
10 felicitações. Com a palavra, a ex-Conselheira Fabiana Cristina de Campos agradeceu,
11 principalmente ao Conselheiro Oscar Alves, que a convidou para integrar o CEE/PR, o
12 que lhe deixou honrada e orgulhosa. Contudo, não estava mais conseguindo exercer a
13 nova função laboral e conciliar com as funções do CEE/PR. O mandato venceria em
14 outubro e por isso solicitou o adiantamento de seu desligamento do Órgão, pois não
15 poderia prejudicar o andamento dos trabalhos na Câmara da Educação Superior (CES).
16 Agradeceu também ao Presidente João Carlos Gomes, que fez a chancela na ocasião do
17 convite pelo então presidente do CEE/PR Oscar Alves para integrar o Colegiado.
18 Agradeceu o período de convivência e disse que aprendeu muito com todos. Após, o
19 Conselheiro Oscar Alves teceu comentários sobre a trajetória da ex-Conselheira.

20 Retomando a palavra, o Presidente João Carlos Gomes, informou que o Senador Flávio
21 José Arns participará desta Sessão para abordar sobre os principais desafios da
22 Educação Nacional. Após, colocou em discussão e aprovação as atas da 2.^a Reunião
23 Ordinária de 2023, que foram aprovadas por unanimidade e inverteu a pauta do dia e
24 concedeu a palavra ao Senador Flávio José Arns, que cumprimentou a todos e
25 mencionou que o pai foi Conselheiro Estadual de Educação. Comentou, ainda, que
26 quando foi Secretário de Estado da Educação, precisou solucionar a situação dos
27 egressos da Vizivalli, que por dez anos ficou sem solução. Sobre isso, fez um destaque
28 especial para o ex-conselheiro Mario Pederneiras, que teve papel essencial no processo.
29 Disse que outro grande desafio era que todos os professores da educação especial
30 tivessem formação específica. Citou que o Paraná é o único estado do Brasil em que os
31 professores que atuam na educação especial possuem especialização na área. O
32 Senador Flávio Arns comentou que sempre fez parte da Comissão de Educação, Cultura
33 e Esporte. Comentou também que o Esporte terá uma comissão própria. Comunicou que
34 no dia 25 de abril a supracitada Comissão terá uma reunião com o Ministro da Educação,
35 Camilo Santana, e em maio com a Ministra da Cultura, Margareth Menezes. O grande
36 objetivo é fazer com que a Educação Básica tenha uma relação próxima com as
37 Instituições de Ensino Superior, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
38 (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), o Conselho
39 Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Secretários de Educação
40 (Consed), o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Fonced) e
41 os movimentos estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União
42 Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). De acordo com o Senador Flávio Arns,
43 a Educação precisa ser prioridade absoluta. Para ele, a Comissão de Educação, Cultura e
44 Esporte é a mais importante do Senado, porque é por meio destes que há transformação
45 e desenvolvimento socioeconômico. Segundo ele, há muitos desafios a serem superados.
46 Dentre eles, citou a evasão escolar no Ensino Médio. Comentou, ainda, sobre a
47 necessidade de o estudante ter acesso à profissionalização. Disse que no início do
48 período pandêmico foi constituída uma comissão especial para abordar a educação
49 durante a pandemia. Informou que foram vinte audiências públicas e que presidiu a
50 dita Comissão, constituída por mais quatro senadores. O relatório final desta Comissão
51 foi encaminhado aos Conselhos Estaduais de Educação com os apontamentos dos
52 principais desafios. Um dos aspectos levantados foi a garantia do acesso do aluno à
53 escola e a necessidade de se fazer uma busca ativa dos estudantes que não estão mais
54 frequentando a sala de aula. Sobre isso, o Senador comentou que os dois anos de
55 pandemia foram considerados como o período de busca ativa de estudantes. Outro

56 aspecto levantado foi a permanência do aluno. Para isso, citou que a Educação em
57 Tempo Integral, atividades realizadas em contraturno e a infraestrutura da escola
58 contribuem com a permanência do discente no espaço escolar. Lembrou que na época
59 em que foi Secretário de Estado de Educação do Paraná existia a banda filarmônica do
60 Caximba, constituída por estudantes em situação de vulnerabilidade. O Senador também
61 mencionou o Dancep – Grupo de Dança Contemporânea do Colégio Estadual do Paraná,
62 coordenado pelo professor Fernando Nascimento, que é uma referência na área. Para
63 que o aluno permaneça na escola, precisam ser ofertadas boas atividades (esporte,
64 música, dança, teatro, etc.). Outro desafio apontado no relatório refere-se à recuperação
65 da aprendizagem, sobretudo no que tange à alfabetização. Outro aspecto levantado foi
66 em relação à conectividade, em especial ao acesso à Internet em casa. Em relação à
67 infraestrutura das escolas, ressaltou que precisa ser melhorada em muitos aspectos
68 (bibliotecas, laboratórios, banheiros, etc.). Relatou que quando foi Secretário de Estado da
69 Educação do Paraná, visitava entre dez a quinze escolas por semana. Disse que na
70 ocasião, fez emendas no orçamento para promover melhorias nas escolas das ilhas.
71 Ressaltou sobre a necessidade de verificar o que a comunidade escolar precisa. Nesse
72 sentido, afirmou ser preciso “Fazer com eles, não para eles”, ou seja, precisa haver
73 participação de todos os interessados. Outro ponto levantado foi a valorização dos
74 profissionais da educação. O Senador também comentou sobre a necessidade de fazer
75 uma articulação com o transporte escolar e a urgência de haver um Sistema Nacional de
76 Educação. Informou que a proposta já foi aprovada pelo Senado e está na Câmara dos
77 Deputados para apreciação. Disse que a responsabilidade precisa ser dividida entre as
78 esferas federativas (tem que acompanhar a lógica do Sistema Único de Saúde).
79 Comunicou que outra lei em tramitação é a Responsabilidade Educacional. Os estados e
80 municípios precisam enviar para a Assembleia Legislativa o que será feito e se houve ou
81 não avanço. Flávio Arns também comentou sobre o Fundo de Manutenção e
82 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
83 (Fundeb). Inferiu que não houve o colapso total da educação durante a pandemia porque
84 o Fundeb se tornou permanente. Assim, estados e municípios repassam 20%, o que hoje
85 representa 150 bilhões de reais, e o Governo Federal subsidia 10%. Contudo, até 2026,
86 essa porcentagem aumentará para 23%. Disse que na época em que ocorreram os
87 debates acerca da diminuição dos impostos, foi muito criticado por se posicionar
88 favorável. No entanto, disse que aprovou uma emenda de que o Governo Federal
89 ressarciria as perdas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) –
90 por isso o Governo Federal subsidiará 23% do Fundeb. O Senador citou, ainda, sobre a
91 necessidade de haver desenvolvimento econômico. Comentou que faz parte de uma

92 subcomissão presidida pela Senadora Teresa Leitão de Melo (eleita por Pernambuco)
93 referente ao Ensino Médio. Sobre isso, destacou que a lei só poderá ser alterada por
94 outra lei e precisa ter cuidado para não interferir na normativa nacional. O Senador
95 sugeriu também que haja um debate sobre a questão da violência nas escolas. Informou
96 que a Comissão por ele presidida encaminhou ofício ao Ministério da Educação e ao
97 Ministério da Saúde, cuja pauta era o cuidado com a saúde mental de docentes, alunos e
98 familiares. Flávio Arns comentou sobre o trabalho realizado pelo Batalhão da Patrulha
99 Escolar Comunitária (BPEC). Anunciou que o Capitão da Polícia Militar do Estado do
100 Paraná Marcelo Trevisan de Karpinski, que esteve a frente do BPEC, escreveu o livro
101 “Arquitetura contra o crime”. Sobre isso, Flávio Arns citou que durante as visitas
102 realizadas nas escolas paranaenses percebeu que há estabelecimentos de ensino em
103 que a secretaria está localizada no 2.º andar, por exemplo, o que favorece o acesso de
104 muitas pessoas à área que deveria ser restrita a alunos e funcionários. Segundo ele, o
105 Programa Leite das Crianças (PLC), que distribui gratuita e diariamente um litro de leite a
106 crianças de seis a 36 meses pertencentes a famílias cuja renda por pessoa não
107 ultrapasse meio salário mínimo regional, também não deveria ser na escola, para evitar
108 que pessoas que não integram a comunidade escolar tenham livre acesso ao
109 estabelecimento de ensino. Na sequência, o Senador também fez menção à questão do
110 autismo e comentou que haverá audiência pública sobre a temática. Para finalizar,
111 colocou-se à disposição do CEE/PR para que os debates possam ser encaminhados à
112 Comissão da Educação, da Cultura e do Esporte do Senado Federal. O Presidente do
113 CEE/PR, João Carlos Gomes, mencionou que encaminhará o relatório exarado por
114 aquela Comissão a todos os conselheiros e assessores. Em seguida, comentou sobre a
115 questão da segurança nas escolas, que precisa ser discutida com profissionais da área.
116 Comentou também sobre as manifestações acerca da revogação do Ensino Médio.
117 Informou que, por unanimidade, o Colegiado solicitou o encaminhamento de ofício ao
118 Ministro da Educação, Camilo Santana, referente ao posicionamento do CEE/PR em não
119 revogar a Lei Federal n.º 13.415/2017. Na oportunidade, entregou uma cópia do referido
120 ofício ao Senador Flávio Arns. Em relação ao assunto, o Presidente do CEE/PR citou que
121 foi realizado um árduo trabalho para a implantação do novo ensino médio e que por certo
122 houve muitas dificuldades. Percebeu que a maior parte dos que são favoráveis à
123 revogação não participaram das discussões e audiências públicas. Comentou que um dos
124 argumentos é que há áreas que foram eliminadas da carga horária obrigatória. Sobre
125 isso, o Presidente do CEE/PR, João Carlos Gomes, comentou que esse aspecto pode ser
126 rediscutido. Informou também que foi constituída uma comissão permanente para tratar
127 sobre o Ensino Médio, composta por cinco servidores da Secretaria de Estado da

128 Educação (SEED) e cinco conselheiros deste Órgão. Com a palavra, o Senador Flávio
129 Arns comunicou que a pretensão é não revogar a Lei, mas fazer os ajustes necessários.
130 Por isso, foi criada uma Subcomissão do Ensino Médio no Senado Federal. O Senador
131 comentou que a Lei Federal n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
132 Nacional (LDB) já sofreu inúmeras adaptações. Flávio Arns informou que a Senadora
133 Teresa Leitão (eleita por Pernambuco) estará na Assembleia Legislativa do Paraná
134 (ALEP) para tratar do assunto e que o astronauta e Senador Marcos Pontes também
135 estará em Curitiba para abordar sobre o desenvolvimento de um sistema que realiza o
136 acompanhamento de obras por satélite. Comentou que o predito Senador é muito ativo na
137 Comissão da Educação, da Cultura e do Esporte, sobretudo em assuntos inerentes ao
138 mundo do trabalho, por ser egresso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
139 (Senai), e no que tange à articulação da Tecnologia com a Educação Básica. Na
140 sequência, o Senador comentou sobre os atentados ocorridos na última quinzena em
141 escolas de São Paulo (SP), Blumenau (SC), Manaus (AM) e Santa Teresa de Goiás (GO).
142 Por isso, frisou sobre a importância de não permitir o tráfego de pessoas estranhas à
143 comunidade escolar. Em seguida, comentou sobre as educações do campo, indígenas e
144 quilombolas e que o debate sobre o novo Plano Nacional de Educação iniciará em breve.
145 O Conselheiro Jacir José Venturi, retomando a questão da revogação do Ensino Médio,
146 disse que o mais sensato é que haja um aprimoramento, como previsto na Deliberação
147 deste Órgão, pois houve investimentos significativos de tempo e verba. Outro ponto
148 levantado pelo Conselheiro é em relação à inclusão. Segundo ele, os alunos estão tendo
149 prejuízo, pois as escolas recebem um número elevado de estudantes de inclusão, que às
150 vezes ficam em uma única sala. Precisa haver inclusão responsável, com limite do
151 número de alunos de inclusão por sala. Com a palavra, o Conselheiro Oscar Alves
152 comentou que o Sistema Nacional de Educação foi proposto na Conferência Nacional de
153 Educação de 2010, mas nunca implementado. O projeto trouxe muitas inovações. As três
154 entidades federativas (União, Estado, Município) possuem responsabilidades, mas
155 precisam ser definidas a de cada uma. O Relator do projeto era o Senador Dário Elias
156 Berger (eleito por Santa Catarina) e o Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos
157 Estaduais e Distrital de Educação (Foncede) era o Osvaldir Ramos, do Conselho Estadual
158 de Educação de Santa Catarina. Enquanto não aprovar o documento, há uma dispersão.
159 Esse projeto foi o único que contemplou os Conselhos Estaduais de Educação, órgãos
160 normativos do Sistema. Os anteriores apenas contemplavam o executivo. O Conselheiro
161 comentou, ainda, que à União caberia o Ensino Superior; ao Estado, o Ensino Médio; e ao
162 Município, o Ensino Fundamental e a Educação Infantil. Relatou que em setembro de
163 2016, participou de um Seminário Internacional articulado pelo Conselho Nacional de

164 Secretários de Educação (Consed) e Foncede, ocasião em que foi levada a Medida
165 Provisória que se transformou em Lei. Uma das propostas era o aumento da carga horária
166 para o Ensino Médio. Ressaltou, ainda, que está prevista revisão geral da normativa
167 referente a essa etapa de ensino e que a educação é um processo evolutivo, nunca
168 estará pronta. O grupo que pede revogação da Lei não apresentou nenhuma proposta
169 alternativa. Em países como o Canadá e a Alemanha, a maior parte dos jovens optam
170 pela Educação Profissional, não pelo Ensino Superior. O Conselheiro informou, ainda, que
171 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também está sendo fiscalizado. Em
172 seguida, teceu comentários a respeito da inclusão de pessoas com deficiência. De acordo
173 com o Conselheiro Oscar Alves, precisa ser levado em consideração o grau de deficiência
174 (leve, moderado ou grave). A legislação prevê a necessidade de disponibilizar educação
175 especial em casos de graus elevados de deficiência. O Conselheiro mencionou, ainda,
176 sobre a consulta do Ensino Híbrido e disse que a infraestrutura das escolas deixa a
177 desejar, sobretudo no que tange à banda larga. O Fundo das Nações Unidas para a
178 Infância (Unicef), em estudo realizado durante o período pandêmico da Covid-19,
179 demonstrou que o mundo tem deficiência no quesito conectividade. Com a palavra, a
180 Conselheira Fátima Aparecida da Cruz Padoan comentou sobre a evasão das instituições
181 de Ensino Superior e que está sendo realizado um levantamento para averiguar as
182 causas. Disse que muitos alunos não possuem condições de se manter no Ensino
183 Superior e que somente a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), dentre
184 as universidades estaduais do Paraná, teve acesso ao Programa de Iniciação à Docência
185 (PID). Esse programa de bolsas oportunizava ao aluno atuar como monitor e vivenciar as
186 atividades do magistério na educação básica e superior. Contudo, só existiu por um ano,
187 apesar dos esforços para reativá-lo. Assim, precisa que haja um apoio do Governo
188 Federal. A discussão também foi levada para a Associação Brasileira dos Reitores das
189 Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), por entender ser urgente esse apoio. A
190 Conselheira falou, ainda, sobre a oferta de vagas pelo Sistema de Seleção Unificada
191 (SISU). Com a palavra, a Conselheira Marise comentou que a estrada em más condições
192 dificulta o acesso dos estudantes à escola no meio rural. Muitas vezes, o aluno fica muitos
193 dias sem conseguir frequentar às aulas, sobretudo em épocas de chuva. A Conselheira
194 Maria das Graças Figueiredo Saad disse acredita no trabalho do Senador Flávio Arns por
195 ser ele um educador. Nesse sentido, parabenizou o trabalho de sua assessora,
196 Conselheira Meroujy Giacomassi Cavet. Sobre isso, o Senador Flávio Arns comentou que
197 a trajetória da Conselheira Meroujy Giacomassi Cavet é voltada para a educação. Em
198 resposta ao Conselheiro Jacir José Venturi, mencionou que a revogação ou não do novo
199 formato do Ensino Médio é uma disputa ideológica. Quanto à questão da inclusão,

200 afirmou que é uma falta de humanidade com o aluno. Disse que o Paraná, muitas vezes,
201 é acusado de não ser um estado inclusivo. Contudo, para ele, é um estado inclusivo com
202 responsabilidade. Segundo ele, a pergunta não é onde a criança estudará, mas o que a
203 criança precisa e quem poderá oferecer o que ela necessita e que muitas vezes, não é a
204 classe comum que proporcionará o melhor para o desenvolvimento do estudante com
205 deficiência. Disse que todos têm direito à educação, de acordo com a necessidade
206 específica de cada um e informou que precisa ser contemplado o aspecto social também.
207 Ressaltou que a legislação prevê o número de alunos com deficiência por turma no
208 ensino regular comum, contudo é necessário que as necessidades específicas do
209 educando sejam levadas em consideração. Sobre isso, comunicou que será elaborada
210 uma lei para normatizar a questão. Em seguida, frisou que na legislação federal está
211 definido que os alunos com deficiência devem ser matriculados preferencialmente no
212 ensino regular comum, ou seja, é necessário considerar as especificidades de cada caso.
213 Ressaltou que a modalidade educação especial é essencial para garantir os direitos do
214 estudante. Assim, foi constituída uma comissão no Conselho Nacional de Educação
215 (CNE) para estudar o assunto. Relatou que ao viajar para fora do Brasil, visitou escolas
216 de educação especial inclusiva. Citou como exemplo a França, onde as crianças de zero
217 a cinco anos com deficiência ficam quinze dias na escola e um fim de semana em casa, e
218 a Inglaterra, em que ficam o ano inteiro na escola especial, indo para casa apenas em
219 épocas de festividades. Muitas desses estudantes possuíam, inclusive, deficiência leve.
220 Para ele, isso não é inclusão, pois não pode desvincular o estudante do convívio familiar.
221 O Senador comentou, ainda, sobre a necessidade de haver uma comunidade terapêutica,
222 pois os dependentes químicos também precisam ser atendidos. Disse que no Paraná foi
223 criada a escola bilíngue de surdos como uma modalidade na educação, em parceria com
224 a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), cujo lema é “nada
225 sobre nós sem nós”, ou seja, é necessário ouvir a todos e não apenas os especialistas.
226 Flávio Arns ressaltou que a Educação não é somente ler e escrever, mais educar para a
227 vida. Comentou que a lei de cotas está sendo revista, que o Fundeb será revisto em 2026
228 e que com o Ensino Médio acontecerá o mesmo. Em seguida, comentou sobre a
229 importância do Ensino Híbrido, citando como exemplo casos em que o Ensino
230 Fundamental no Paraná é ofertado em uma ilha e o Ensino Médio em outra. Comentou
231 que há localidades em Sengés em que o aluno precisa fazer a travessia de um rio, por
232 isso a necessidade de uma solução híbrida. O Senador Flávio Arns, em atenção ao
233 comentário tecido pela Conselheira Fátima Aparecida da Cruz Padoan, disse que está à
234 disposição em relação à assistência estudantil. Comentou que nos Estados Unidos há
235 uma boa política governamental neste sentido. A Conselheira Fátima da Cruz Padoan

236 informou-lhe que encaminhará uma proposta por meio da Conselheira Meroujy
237 Giacomassi Cavet, que também faz parte da Câmara da Educação Superior. Em relação
238 ao transporte escolar no Paraná, o Senador relatou que são atendidos, em média, 200 mil
239 alunos por dia. Disse também que o Brasil é um país diverso, por isso a Lei de
240 Responsabilidade Educacional terá exigências diferentes. Comentou que precisa ter
241 reunião com os municípios para fazer um planejamento e o acompanhamento dos
242 Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. Na sequência, o Conselheiro Décio
243 Sperandio lembrou que quando o Senador Flávio Arns foi Vice-governador do Paraná,
244 houve equiparação salarial em quatro parcelas entre Técnico de Nível I e Professor
245 Auxiliar, além de aumento de 32% do salário para o Ensino Superior. Na oportunidade, o
246 Senador Flávio Arns comentou que também foi concedido benefício para a educação
247 básica na época. O Conselheiro Décio Sperandio afirmou que as Diretrizes foram
248 fundamentais para a Educação Profissional e Tecnológica, com articulação entre Ensino
249 Profissionalizante de Nível Médio, Tecnólogo, Mestrado Profissional e Doutorado
250 Profissional. O Conselheiro sugeriu que a Instituição de Ensino Superior ofereça um curso
251 Tecnólogo no município onde o Ensino Profissionalizante de Nível Médio é ofertado. Outro
252 ponto comentado pelo Conselheiro Décio Sperandio foi a necessidade de oferta de cursos
253 de formação de professores. Com a palavra, a Conselheira Meroujy Giacomassi Cavet
254 agradeceu a Conselheira Maria das Graças Figueiredo Saad pelo elogio feito e disse que
255 está na presença de quatro superiores administrativos a ela: o Senador Flávio Arns, com
256 quem sempre aprende muito; o Chefe de Gabinete em Curitiba, Rafael Bertoldi; o
257 Presidente do CEE/PR, João Carlos Gomes; e a Vice-Presidente deste Órgão,
258 Clemencia Maria Ferreira Ribas. Com a palavra, o Conselheiro Flávio Vendelino Scherer
259 disse que outrora apenas quem oferecia estudos da educação poderia ofertar estudos
260 adicionais. Nesse sentido, relatou que conseguiu provar que a Filosofia estava vinculada
261 à área educacional. Comentou que foi Presidente da Comissão de Vestibular da Unioeste
262 e que o Conselho Municipal de Educação de Toledo muito se dedica à questão do aluno
263 com deficiência. Para o Conselheiro, toda inclusão é responsabilidade da sociedade. Na
264 sequência, o Senador Flávio Arns comentou que no passado muitos alunos que
265 terminavam o Ensino Médio queriam ser normalistas. Nesse viés, o Senador questionou o
266 porquê de não cursar Pedagogia. Comentou, ainda, que na época em que era Secretário
267 de Estado da Educação, eram liberados dois mil professores por ano para cursar o
268 Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). O Senador comentou que na ocasião,
269 ele sugeriu que o referido Programa poderia ser transformado em Mestrado Profissional,
270 para ter validade nacional. Comentou que há países em que 98% da população estava
271 profissionalizada. Informou que antes de terminarem a Educação Profissional, os alunos

272 já estavam empregados. Após, vários estudantes optavam em cursar o Tecnólogo,
273 Bacharelado ou Licenciatura. Ressaltou sobre a necessidade de valorizar a
274 profissionalização no Brasil. De acordo com o Senador, o norte para todas as ações a
275 serem desenvolvidas é “nada sobre nós sem nós”, pois é necessário verificar as
276 necessidades específicas. Lembrou que antigamente, para atuar na Educação Especial,
277 os interessados precisavam se deslocar para a capital paranaense. Relatou que a
278 professora e ex-Conselheira Estadual de Educação Chloris Casagrande Justen
279 completará cem anos em 15 de setembro de 2023. Assim, sugeriu uma homenagem em
280 vida a ela. Para finalizar, afirmou que os desafios na área da educação são grandes e que
281 precisam ser enfrentados juntos. O Presidente do CEE/PR enfatizou que o mais
282 importante é que a educação seja tratada como Política de Estado e não de Governo.
283 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEE/PR agradeceu a participação de todos
284 e encerrou a reunião.

A presente ata é registro fiel do ocorrido na sessão acima identificada e foi lavrada por mim, Barbara Alvim, servidora do CEE/PR, que assino com o Senhor Presidente João Carlos Gomes e os(as) Senhores(as) Conselheiros(as).